

## 1759-2009: 250 ANOS DE ENSINO PÚBLICO. CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA EDUCAÇÃO NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO

Tereza Fachada Levy **Cardoso** – CEFET-RJ

Thais Nivia de **Lima e Fonseca** – UFMG

O objetivo deste trabalho é relembrar um marco na história da nossa educação: o surgimento do ensino público mantido pelo Estado. E como em toda celebração histórica, recorda-se os primórdios do evento. Contudo, longe de fazer qualquer balanço destes 250 anos, pretende-se aqui destacar a conjuntura, as motivações e os limites impostos pela época que permitiram a criação do ensino público no mundo luso-brasileiro. Foi com o Alvará Régio de 28 de junho de 1759 que a monarquia portuguesa estabeleceu a reforma dos Estudos Menores em todo o reino e seus domínios, do qual o Brasil fazia parte. Essa reforma se desenvolveu em dois momentos distintos: com a promulgação do citado Alvará de 1759, que criou as aulas régias de humanidades, e com a Lei de 6 de novembro de 1772, que estabeleceu as aulas régias de leitura, escrita e cálculo, além das cadeiras de Filosofia e diversas outras criadas em seguida.

Além de ter servido para a reorganização dos estudos, as reformas, instituindo o ensino público estatal, marcaram também o surgimento da figura do professor público: os professores régios de gramática latina, grego, hebraico e retórica foram os primeiros grupos selecionados, nomeados, pagos e controlados pelo Estado. A partir de então, a educação passou a ser conduzida por organismos burocráticos governamentais e não mais sob as diretrizes eclesiásticas, como fora até então pela Companhia de Jesus.

Sobre esse tema, toda uma historiografia foi construída, tendo como base as análises de Fernando de Azevedo que, enfocando a “obra civilizadora” dos jesuítas, em seu livro de 1943, “*A Cultura Brasileira*”, atribuiu à reforma dos estudos promovida pelo Marquês de Pombal, “a destruição pura e simples” do sistema de ensino que existia na colônia, levando a danos irreparáveis à cultura brasileira. Analisando as interações entre cultura, meio, sociedade e educação na formação econômica, social e política do Brasil, concluiu que os impactos dessas leis teriam sido responsáveis por um *meio século de decadência* da educação no Brasil.

Do ponto de vista de pesquisas mais recentes e verticalizadas sobre o tema, consideramos que a instituição das *Aulas Régias* representou um avanço em sua época por procurar contemplar novos referenciais dentro de uma perspectiva que o universo filosófico de seu tempo reclamava. Portugal, de certa forma, ao promover as reformas no Estado, antecipou-se a diversos países do Ocidente na questão da implantação do ensino público, ou seja, de um sistema escolar estatizado.

Por outro lado, as reformas pombalinas, ou reformas da instrução pública, como também são referidas na historiografia, representaram a imposição de um projeto que fazia parte do sistema de dominação de Portugal sobre os territórios de ultramar, e no qual se engajaram intelectuais luso-brasileiros comprometidos com novas idéias surgidas com a Revolução Científica e a Ilustração. Mas os avanços trazidos com o estabelecimento desse sistema de ensino encontraram seus limites naqueles mesmos em que esbarrou o pensamento iluminista na cultura política portuguesa: como absorver tais princípios filosóficos em seu funcionamento, sem alterar as formas culturais tradicionais presentes no mundo luso-brasileiro.

As reformas pombalinas da educação foram abordadas no Brasil, por muito tempo, de forma generalizante, havendo, ainda hoje, poucos estudos que consideram as possíveis especificidades de sua aplicação nas diferentes capitâneas da América portuguesa. Pensadas, mesmo que não exclusivamente, no movimento de oposição do Estado à Companhia de Jesus, não há dúvidas acerca do impacto provocado por elas nas regiões onde a educação era praticamente monopólio daquela ordem religiosa. Mas como

analisar as reformas em áreas onde os jesuítas não atuavam, ou onde não havia nenhuma instituição educacional ligada a qualquer ordem religiosa? De que maneira as reformas empreendidas na administração do Marquês de Pombal impactaram as antigas formas de educação existentes, tanto sob a direção de religiosos, quanto de leigos, incluindo o ensino particular? Que tipo de receptividade e credibilidade tais reformas tiveram junto às comunidades, no momento em que se iniciava o processo de implantação das aulas régias? Como analisar o processo de inserção social desse “novo” personagem advindo das reformas, o professor régio, nos quadros sociais e culturais da América portuguesa, em suas diferentes regiões? Em torno de algumas dessas questões procuraremos abordar os impactos e as especificidades das reformas pombalinas da educação, usando documentação de natureza administrativa, fiscal e notarial no Brasil e em Portugal. Os registros arrolados referem-se às capitanias da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão, Pará, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Ceará e Rio Grande do Norte, e Minas Gerais. A análise aponta para um quadro mais heterogêneo sobre os efeitos das reformas pombalinas no Brasil, do que se imaginava há algumas décadas. Não obstante submetidas à mesma administração central, as diferentes capitanias da América portuguesa enfrentaram problemas específicos, decorrentes das diversas conjunturas afetadas pelas medidas tomadas pela Coroa a respeito da educação, a partir de 1759, embora também vivenciassem algumas dificuldades comuns às várias partes do Império português. Reduzindo-se a escala de observação ao nível dos indivíduos e de suas trajetórias, de suas redes de relações nos quadros da sociedade mineira colonial, tendo a educação como elo de conexão privilegiado. Acreditamos que seja uma maneira de compreender mais satisfatoriamente o fenômeno da educação no Brasil, antes de sua independência política.

Palavras-chave: história da educação; aulas régias; reformas pombalinas da instrução.